

O sentido de *liberdade* no período que circunscreve o 13 de maio de 1888: análise semântica de textos publicados no jornal baiano oitocentista *O Asteroide*

The sense of *freedom* in the period circumscribing May 13, 1888: semantic analysis of texts published in *O Asteroide*, Brazilian (Bahia) newspaper of the 19th Century

El sentido de *libertad* en el período que circunscribe el 13 de Mayo de 1888: análisis semántico de textos publicados en el periódico bahiano *O Asteroide* en el Siglo XIX

Jorge Viana Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/Brasil)
viana.jorge.viana@uesb.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-8548-4379>

Ana Paula dos Reis Couto

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/Brasil)
dosreiscouto.lv@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0809-9725>

RESUMO

Relacionado a pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN/UESB), este trabalho analisa o sentido do acontecimento do 13 de maio de 1888, em textos de jornais brasileiros do século XIX. Propomos responder a questão: *Como semanticamente se caracteriza a liberdade no acontecimento do 13 de maio de 1888, especificamente em textos de jornais brasileiros, no período que circunscreve a abolição da escravidão?* Para tanto, mobilizando pressupostos da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002, 2011), por recorte metodológico, analisamos excertos de dois textos publicados no jornal

* Sobre os autores ver páginas 16-17.



baiano *O Asteroide*, que figuram nas edições que circularam no contexto histórico do 13 de Maio, nos dias que precederam a abolição da escravidão pela Lei Áurea, e nos dias imediatamente seguintes. Com base nos dados, demonstra-se que, em tal acontecimento, o funcionamento do sentido de liberdade relaciona-se a aspectos econômicos e políticos do Brasil, priorizando o país em detrimento do escravo.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade; Escravidão; Abolição; 13 de Maio de 1888; Semântica do Acontecimento.

ABSTRACT

*Related to master's research developed in the Postgraduate Program in Linguistics (PPGLIN/UESB), the present work seeks to analyze the meaning of the event of May 13, 1888, in texts from Brazilian newspapers of the 19th century. We propose to answer the question: How is freedom semantically characterized in the event of May 13, 1888, specifically in Brazilian newspaper texts, in the period that circumscribes the abolition of slavery? In order to do so, mobilizing assumptions from the Semantics of the Event (GUIMARÃES, 2002, 2011), aided by elements of History/historiography, here, by a methodological approach, we analyze excerpts from two texts published in the Bahian newspaper *O Asteroide*, and which appear in the editions of the periodical that circulated in the historical context of the 13th of May, specifically in the days that immediately preceded the legal abolition of slavery by the *Lei Áurea*, and in the days immediately following it. Based on the data analysis, it is shown that, in such an event, the functioning of the sense of freedom is related to economic and political aspects of Brazil, prioritizing the country over the slave.*

KEYWORDS: Freedom; Slavery; Abolition; May 13, 1888; Semantics of the Event.

RESUMEN

*Relacionado con la investigación de maestría desarrollada en el Programa de Posgrado en Lingüística (PPGLIN/UESB), el presente trabajo busca analizar el significado del evento del 13 de mayo de 1888, en textos de periódicos brasileños del siglo XIX. Proponemos responder a la pregunta: ¿Cómo se caracteriza semánticamente la libertad en el evento del 13 de mayo de 1888, específicamente en los textos periodísticos brasileños, en el período que circunscribe la abolición de la esclavitud? Para ello, movilizamos supuestos de la Semántica del Evento (GUIMARÃES, 2002, 2011), auxiliados por elementos de la Historia/historiografía, analizamos aquí, por corte metodológico, extractos de dos textos publicados en el diario bahiano *O Asteroide*, y que aparecen en las ediciones del periódico que circularon en el contexto histórico del 13 de mayo, concretamente en los días inmediatamente anteriores a la abolición legal de la esclavitud por la *Lei Áurea*, y en los días inmediatamente posteriores. Con base en el análisis de los datos, se muestra que, en tal evento, el funcionamiento del sentido de libertad está relacionado con aspectos económicos y políticos de Brasil, priorizando el país sobre el esclavo.*

PALABRAS-CLAVE: Libertad; Esclavitud; Abolición; 13 de mayo de 1888; Semántica del Evento.

1 Introdução

Autores como Costa (2010), Queiroz (1999), Santos (2008) afirmam que a escravidão vigorou no Brasil por mais de três séculos, sendo a força que movia a vida econômica brasileira, a qual necessitava de braços fortes para o trabalho árduo na terra. A escravidão foi, por quase quatro séculos, o motor da sociedade brasileira e, para alguns, seu fim também seria o fim do Brasil. Para outros, porém, seu fim seria o impulso para o crescimento do país, tanto do ponto de vista interno, quanto externo. Movidos por essa última perspectiva, cresceu em alguns setores da sociedade brasileira a ideia da abolição da escravidão, que tem seu marco legal com a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

Desse modo, com base nesses pressupostos e buscando compreender o(s) sentido(s) do 13 de maio de 1888, formulamos a seguinte pergunta: *como semanticamente se caracteriza a liberdade no acontecimento do 13 de Maio de 1888, especificamente em textos de jornais brasileiros, no período que circunscreve a abolição da escravidão?*

Pretende-se, nesse trabalho¹, identificar como se caracteriza o sentido de *liberdade* no acontecimento do 13 de maio de 1888, este considerado um fato que culmina com a Lei Áurea, tomado como um *acontecimento* no sentido de Guimarães (2002). Observaremos especificamente o funcionamento de sentidos da palavra *liberdade* associada a *progresso* as quais, semanticamente, apontam para um sentido de liberdade que, no acontecimento do 13 de Maio, prioriza o país em detrimento do escravo.

Para isso, mobilizando pressupostos da Semântica do Acontecimento, auxiliada por elementos da História/historiografia da escravidão, empreenderemos por recorte metodológico, a análise de excertos de dois textos publicados no jornal *O Asteroide* (da Bahia): *Falla do Throno* e *Salve dia 13 de maio Salve Brasil livre*. Tais textos, circularam, respectivamente nas edições impressas circulantes nos dias que precederam imediatamente a abolição e nos dias imediatamente pós-abolição.

2 A enunciação enquanto acontecimento: conceitos da Semântica do Acontecimento mobilizados para a análise

Em *Semântica do Acontecimento*, Guimarães (2002, p. 5) assume a posição materialista da linguagem. Considera-a não transparente, entendendo que sua relação com o real é histórica. Por conseguinte, apresenta “uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-

¹ Este trabalho vincula-se ao projeto de pesquisa temático Sentidos de Escravidão, Trabalho e Liberdade e foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB (Projetos APP0007/2016 e APP0014/2016).

se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2002, p. 7), postulando a Semântica do Acontecimento.

Para o autor, o estudo do sentido passa pelo enunciado, postulado como algo histórico, uma prática política, que integra uma unidade maior, o texto. Segundo Guimarães (2002, p. 12), “o acontecimento é o que faz diferença na sua própria ordem”, ou seja, o que causa diferença ao ocorrer. Essa diferença estabelece uma temporalidade, a qual lhe é específica. O acontecimento tem a particularidade de constituir um antes, um agora e um depois. Assim, “o acontecimento não se dá no tempo, ele constitui uma temporalidade pela qual significa” (GUIMARÃES 2004, p. 12).

Ainda conforme o autor, o acontecimento traz em si todas as marcas de tempo. De um lado o presente do acontecimento direciona a um futuro, possibilitando a interpretação; de outro, recorta um passado, reportando a um memorável, o qual compõe as interpretações.

Tendo em vista esta concepção de acontecimento e temporalidade, que estão intrinsecamente ligados ao político, entendido como “um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 16), podemos dizer que não há nunca um só memorável, pois cada acontecimento, cada enunciação, recorta um memorável particular.

a) Cena enunciativa

A cena enunciativa, como postula Guimarães (2002, p. 24), é determinada por lugares sociais, onde não existe um sujeito empírico, por assim dizer, senhor de seu dizer, mas sim lugares constituídos pelo dizer, distribuídos pela própria temporalização do acontecimento. Nessa medida, a cena enunciativa se constitui pelo lugar de origem do dizer, determinado pelo Locutor (L), pelo lugar social do locutor (locutor-x) e pelos lugares de dizer, que são os enunciadores.

Em vista disso, o Locutor só se constitui como tal, ao ser afetado por lugares sociais que o autorizem a falar, isto é, o Locutor, origem do dizer, não é ele próprio, mas um lugar social de locutor (locutor-x), como, por exemplo, o locutor jornalista ou o locutor presidente. Assim, presidente e jornalista constituem, cada um, o lugar social que predica o Locutor e o possibilita dizer. Por sua vez, conforme Guimarães (2002, p. 26-38), o enunciador, divide-se em quatro: enunciador-individual, enunciador-genérico, enunciador-universal e enunciador coletivo. Segundo Guimarães (2002, p. 26), os enunciadores “[...] se apresentam sempre como a representação da inexistência dos lugares sociais de locutor”, e, completa o semanticista, embora sempre se apresentem como independentes da história ou fora da história, são lugares próprios de uma história”.

b) A reescrituração

Com o fim de chegar à designação de um nome, Guimarães (2002, p. 28) postula o procedimento de reescritura, o que para ele é próprio das relações de textualidade. Considera a reescrituração como uma forma de redizer o que já foi dito, ou seja, o procedimento permite dizer algo insistentemente, fazendo parecer diferente daquilo que foi dito anteriormente:

[...] uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração). E nessa medida a reescrituração é um procedimento que coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido pelo acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2009, p. 53).

Nesse sentido, a reescritura é um procedimento que se peculiariza por se dar numa relação entre elementos à distância, que podem em certos casos estarem contíguos (cf. GUIMARÃES, 2007, p. 84).

Guimarães (2007, p. 84-87) explica que o procedimento de reescritura pode ocorrer de diversos modos, tais como: reescritura por repetição, por substituição, por elipse, por expansão, por condensação e por definição. Além disso, as reescrituras produzem sentido de diversas maneiras, envolvendo processos como: sinonímia, especificação, desenvolvimento, generalização, totalização e enumeração. Não obstante, o autor pontua que tais maneiras de significar, não são privativas de nenhum tipo de reescrituração, ou seja, numa reescritura por substituição, pode-se ter uma especificação, ou até mesmo uma condensação.

c) A articulação

Como define Guimarães (2009, p. 51), articulação é, o “procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos lingüísticos, significam sua contiguidade”. A articulação coloca em jogo combinatórias de relações entre palavras ou expressões, onde, ao contrário da substituição, os elementos de sentido se relacionam no acontecimento (FERRAZ, 2014, p. 74).

Assim, tal relação entre os elementos que constituem o sentido pode acontecer de três maneiras: por dependência, por coordenação e por incidência (cf. GUIMARÃES, 2009, p. 51). A articulação por dependência ocorre quando os elementos contíguos se organizam e se constituem como um só elemento; por sua vez, a articulação por coordenação é aquela que “toma elementos de mesma natureza e os organiza como se fossem um só da

mesma natureza de cada um dos constituintes” (GUIMARÃES, 2009, p. 51). E, quanto à articulação por incidência, esta é a relação que ocorre entre um elemento de uma natureza e outro de outra natureza, de modo a formarem um novo elemento do mesmo tipo do segundo.

d) Domínio Semântico de Determinação (DSD)

Guimarães (2007, p. 95), partindo do princípio que diz que “o dizer é um acontecimento” (GUIMARÃES, 2007, p. 95) e considerando os procedimentos semânticos de reescritura e articulação, aponta que é possível estabelecer o que uma expressão designa em um texto específico. Em decorrência, o autor apresenta a noção de DSD, Domínio Semântico de Determinação, nos seguintes termos:

O DSD caracteriza, no caso dos nomes, por exemplo, a designação das palavras [...]. E a partir daquilo que a palavra designa podemos ver como ela acaba por referir as coisas. Mas a referência não é a designação da palavra. Não é o que a palavra indica no mundo que é sua designação. E nem a designação é um modo de apresentar o referente. A designação de uma palavra é uma relação de palavra a palavra, que não é uma classificação das coisas existentes, é uma significação que acaba por identificar coisas, não enquanto existentes, mas enquanto significadas (GUIMARÃES, 2007, p. 95).

Complementarmente, Machado (2011, p. 120) enfatiza que o DSD representa o esquema não dos sentidos estabilizados, mas daqueles sentidos que circulam no funcionamento textual. Além disso, destaca que as relações de sentido que constituem o DSD são estabelecidas pela história de enunciações de uma palavra que é retomada em parte pelo acontecimento enunciativo a partir do memorável.

Por fim, Guimarães (2007, p. 81), apresenta o modo de como proceder a construção de um DSD, no que concerne aos sinais a utilizar: os sinais \top , \perp , \lrcorner , \llcorner significam “determina” em qualquer uma das direções; já o sinal: ----- (traço horizontal entre palavras) significa uma relação de sinonímia e lê-se “sinônimo de”; e, o traço contínuo na horizontal (_____) quando dividir um DSD, indica a antonímia entre as palavras, lendo-se como “antônimo de”.

3 Metodologia de análise dos dados: procedimentos

Para fins da pesquisa empreendida em Couto (2017), a constituição do *corpus* se deu pela busca, em acervos digitais, de periódicos que atendessem ao critério de ter circulado em estados brasileiros, onde a escravidão tornou-se proeminente, mantendo-se firme até a data da abolição. A partir desse

critério², chegamos a três periódicos oitocentistas disponíveis em formato digital, no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, portal de periódicos nacionais vinculado à Fundação Biblioteca Nacional³: *O Asteroide* (da Bahia), *O Fluminense* (do Rio de Janeiro) e *O Arauto de Minas* (de Minas Gerais).

Por recorte metodológico, tomando o periódico baiano *O Asteroide*, usando o software de busca acoplada à plataforma da Hemeroteca, selecionamos, numa primeira etapa, enunciados de textos que precederam imediatamente o Dia da Abolição da Escravidão, e do pós-abolição, envolvendo as palavras-chave: *escravidão*, *liberdade*, *abolição*, *13 de maio*, *Lei Áurea*, *progresso*, *atraso* e suas reescrituras.

Finalizada esta etapa, partimos para a segunda, que correspondeu à pré-análise dos enunciados. Nessa etapa, elaboramos um quadro⁴ constituído por uma tabela composta por dez colunas, organizadas da seguinte maneira: na primeira coluna, aparece o nome do jornal; na segunda, é indicada a data e edição do jornal; na terceira, aparece a página da qual foi recortado o texto; na quarta coluna, é descrito o gênero jornalístico do texto do qual o enunciado foi recortado; na quinta coluna, é apresentado o recorte, seguindo-se uma sequência numerada em ordem crescente, entre parênteses: (1), (2), (3) [...]; a sexta coluna, por sua vez, apresenta a palavra ou expressão em análise no enunciado; na sétima coluna, foi mencionado o processo linguístico em funcionamento no enunciado; na oitava coluna foi feita a pré-análise, que é a descrição de seu funcionamento semântico do/no enunciado; a nona coluna apresenta o embasamento teórico-linguístico; por fim, na décima coluna é feita referência a possível(eis) memorável(eis) do enunciado. É o que se pode ver na figura 1:

Figura 1. Exemplo de linha do quadro de pré-análise do Jornal *O Asteroide*

JORNAL	EDIÇÃO/ DATA	Pág.	Gênero	ENUNCIADO	PALAVRA EM ANÁLISE	PROCESSO LINGÜÍSTICO ENVOLVIDO	PRÉ-ANÁLISE	BASE TEÓRICA	
								LINGÜÍSTICA	MEMORÁVEL
O Asteroide	62/ sexta- feira 04 de maio de 1888	01	Editorial	(1) Já está à margem do título a negra instituição, que degenerou o progresso moral e material da nossa pátria – a escravidão. (ed 62/ 04 de maio de 1888, p. 01)	negra instituição/ degenerou o progresso pátria ESCRavidão ATRAsO	Reescritura/ articulação	1. No enunciado a negra instituição, que degenerou o progresso moral e material da nossa pátria notamos que Negra instituição reescreve escravidão. 2. Através do processo de articulação por coordenação em que degenerou o progresso moral e material da nossa pátria, demonstra-se que a escravidão impede o progresso da pátria, em seu sentido moral e também material, isto é, econômico. 3	A reescrituração é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz instintivamente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturando (GUIMARÃES, 2007, p. 84).	*A vida de um país não é só vegetativa, mas é também moral* (NABUCCO, 300, p.65)

Fonte: Couto (2017, p. 102)

O quadro relativo ao jornal *O Asteroide* totalizou 25 excertos pré-analisados. Feito isso, seguimos para a análise dos dados.

² Para detalhes sobre a metodologia, ver Couto (2017).

³ <https://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

⁴ Para leitura dos quadros completos, um para cada jornal do corpus, consultar Couto (2017).

4 Análise de sentidos de *liberdade* em textos do jornal oitocentista baiano *O Asteróide*, no período que circunscreve o acontecimento do 13 de Maio de 1888

Consideremos para análise um excerto do jornal *O Asteróide*, cuja edição data de cinco dias antes da promulgação da Lei Áurea, o que corresponde ao dia 08 de maio de 1888. Ele integra o texto *Falla do Throno*, que traz uma fala da princesa Isabel sobre questões relativas à iminente abolição da escravidão:

Excerto 1

FALLA DO THRONO

Eis o topico da falla do throno, concernente á abolição.
Disse a serenissima princeza:

(1a)⁵ A extinção do elemento servil pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou pacificamente, de modo que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários. Quando (1b) os próprios interesses privados vem espontaneamente colaborar para que o Brasil desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, (1c) confio que não hesitareis de apagar do direito pátrio a única excepção que nelle figura, em antagonismos com o espírito christão e liberal de nossas instituições. Mediante providencias que acautelam a ordem na transformação do trabalho (1d) *apressem pela imigração o povoamento do paiz, facilitem às communicações, utilizem as terras devolutas, desenvolvam os creditos agrícolas e avivem a indústria nacional*, (1e) pode-se asseverar que a produção sempre crescente tomará fortes impulsos e nos habilitara a chegar mais rapidamente aos nossos auspiciosos destinos. (O ASTERÓIDE, edição 00063, p. 01, 08 de maio de 1888 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

Em primeiro lugar, tomemos o seguinte enunciado, que denominaremos de (1a): *A extinção do elemento servil pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou pacificamente, de modo que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários.*

Em (1a), considerando a cena enunciativa (cf. GUIMARÃES, 2002, p. 23), nota-se o Locutor (L), como origem do dizer, marcado pelo lugar social de princesa, como uma figura que representa uma autoridade governamental,

⁵ A numeração entre parênteses aqui e abaixo, a exemplo de (1a), foi colocada por nós para melhor destaque dos enunciados em análise.

e que enuncia como um enunciador-universal, colocando, assim, o (L), a origem do dizer, acima da história e submetido ao regime do verdadeiro e do falso (cf. GUIMARÃES, 2002, p. 26); isto permite ao Locutor enunciar de modo afirmativo a paráfrase seguinte, que condensa o enunciado: *a extinção do elemento servil adiantou pacificamente*. Por condensar o enunciado como um todo, esta paráfrase aponta para o sentido de que a extinção caminha, se desenvolve de modo pacífico, o que reporta, por simetria, ao memorável de possibilidade de confrontos e posicionamentos que iam de encontro ao fim do *elemento servil* ou, em outros termos, ao fim do trabalho cativo (cf. SANTOS, 2008, p. 256).

Ainda nesse enunciado, nota-se a expressão: *A extinção do elemento servil*, em que *a extinção* é articulada a *elemento servil* pela preposição (de+o), de modo que se produz uma especificação de *extinção – do elemento servil*, e não de outra coisa. Se considerarmos a noção de acontecimento, no sentido de Guimarães (2002, p. 12), enquanto enunciação que produz uma temporalidade própria, possibilitando um recorte do passado como memorável, podemos admitir que a expressão *elemento servil* recorta dois memoráveis interligados: primeiro, temos o memorável *de escravidão*, reduzida apenas ao trabalho existente no Brasil escravocrata; o segundo memorável possível é o de *trabalho cativo*, exercido pelo escravo negro africano, entendido como servo, propriedade legal de um senhor, naquela sociedade⁶.

Note-se que ambos memoráveis, recortando simultaneamente *escravidão/escravo*, permite se falar em *abnegação da parte dos proprietários*. Sendo assim, *abnegação da parte dos proprietários* (estando inclusive no interior de uma reescritura por definição: *hoje... proprietário*), determina *elemento servil* reescriturado por elipse: a expressão, a rigor, seria (*a extinção do elemento servil*) é *hoje [...]*. Por conseguinte, *proprietários*, relacionado aos memoráveis de *elemento servil*, traz, por sua vez, o memorável de *senhor*, o qual, na enunciação, aponta para o sentido de *abnegado*, com o conveniente sentido de “aquele senhor capaz de abrir mão, espontaneamente, de sua propriedade: o trabalhador cativo/escravo”⁷.

Prosseguindo, tomemos os enunciados (1b) e (1c):

(1b) [...] e os próprios interesses privados vem espontaneamente colaborar para que o Brasil desfaça da infeliz berança que as necessidades da lavoura haviam mantido [...]

(1c) [...] confio que não hesitareis de apagar do direito pátrio a única exceção que nelle figura [...].

⁶ Sobre a relação senhor/escravo e suas especificidades no Brasil escravista, analisadas semanticamente, consultar Santos (2008) e Ferraz (2014).

⁷ Ferraz (2014) apresenta detalhes sobre a benevolência, enquanto característica desejada pelos senhores de escravo, ligada não a um sentimento/prática humanista, mas a uma forma sofisticada de manutenção de poder.

Destacam-se neles duas expressões: *infeliz herança* e *única exceção que nelle figura*, as quais, ao serem enunciadas, retomam o recorte do memorável da escravidão.

Primeiramente em (1b), mobilizando o conceito de cena enunciativa (cf. GUIMARÃES, 2002), notamos um locutor princesa-autoridade governamental, que enuncia sob o ponto de vista de um enunciador-genérico (E-genérico) que, ao enunciar, diz algo como sendo aquilo que todos dizem, identificando-se com o “todos” (cf. MACHADO, 2011, p. 70). Desse modo, ao enunciar, o E-genérico aponta para o sentido de *elemento servil*, como uma *infeliz herança* mantida pela *lavoura*. Assim, *lavoura* determina *infeliz herança*, sendo esta tomada enquanto *escravidão*, num sentido esvaziado que se refere a *escravo/trabalhador cativo/ aquele que trabalha na lavoura*⁸.

Por seu turno, em (1c), o locutor princesa-autoridade governamental enuncia como um enunciador-individual (E-individual), figurando um lugar que estaria acima de todos os outros (cf. MACHADO, 2011, p. 70), o que lhe permite dizer, enquanto E-individual, que *elemento servil*, retomado como *infeliz herança* pelo E-genérico, é a *única exceção do direito pátrio*. Desse modo, o Locutor ao retomar *elemento servil* por esta expressão aponta para o fato de que este *elemento* vai de encontro ao *direito pátrio*, direito que, do ponto de vista do abolicionismo oficial, respeita a fraternidade, une todos os membros da sociedade, e que colabora para pretensa civilização. Eliminar esta *exceção* (elemento servil/escravidão) colabora de duas formas: ao mesmo tempo colabora para *civilização* do país, e também resolve o problema da mão de obra, que precisa ser substituída. Em suma, o país, aqui, e sua economia, é o mais importante.

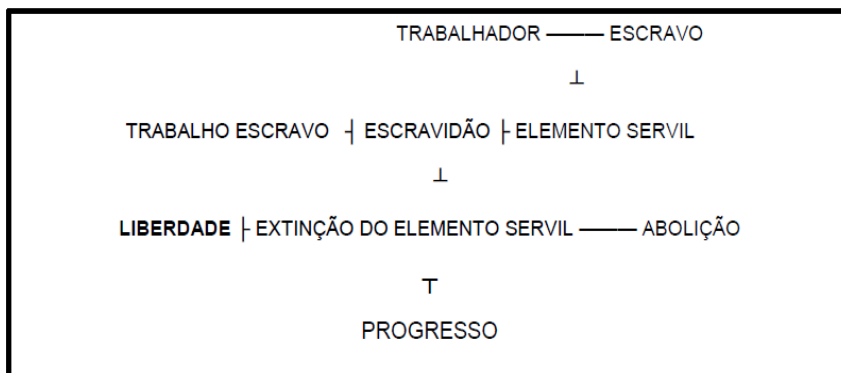
Note-se que a expressão *extinção do elemento servil*, funcionando aqui como *abolição da escravidão*, aponta para o sentido de *progresso*, já que aquilo que está relacionado a elemento servil aponta para o contrário. Logo, extinguindo-o/abolindo-o, outros recursos serão mobilizados para substituí-lo, conforme se apresenta no enunciado: (1d) *apressem pela imigração o povoamento do país, facilitem às comunicações, utilizem as terras devolutas, desenvolvam os créditos agrícolas e avivem a indústria nacional*. Tais recursos apontam para o progresso. Para confirmar este sentido, tomemos o enunciado (1e): [...] *pode-se asseverar que a produção sempre crescente tomará fortes impulsos e nos habilitara a chegar mais rapidamente aos nossos auspiciosos destinos*. Aqui, como se observa, o locutor princesa-autoridade governamental, tomado pelo ponto de vista do E-genérico, argumenta que: a) A imigração, o povoamento do país, a facilidade nas comunicações, a utilização de terras devolutas, o desenvolvimento de créditos agrícolas e o fortalecimento da indústria nacional possibilitará o aumento da produção; b) O crescimento/impulso na produção capacitará o alcance de um futuro promissor.

⁸ Sobre tal esvaziamento do sentido de escravidão, ver Couto (2017).

Em vista disso, o funcionamento enunciativo, como construído ao longo desta análise, coloca a *extinção do elemento servil* como determinante de *progresso*, o que aponta para um sentido de liberdade (alcançada pela abolição), em que se extingue a escravidão (entenda-se, o trabalho cativo, os escravos), em benefício do país. Nota-se com isso que o escravo, aparecendo como memorável de *elemento servil*, enquanto, apenas, um trabalhador – mais que isso: um trabalhador não mais necessário - não é inserido nesse progresso e, portanto, nessa liberdade por ele determinada. Mas, como visto, buscaram-se outras alternativas/recursos que não envolveram o negro. Desse modo, apenas em tese, a liberdade está reservada ao escravo. A análise aponta que o império e certos abolicionistas, na prática, defendiam, como acabamos de demonstrar, a substituição não só do trabalho, mas do próprio trabalhador: mudar-se de negro, ex-escravo, para imigrante branco.

Assim, a partir da análise do excerto 1, chegamos ao DSD (1):

Figura 2. DSD de liberdade no 13 de Maio (texto *Falla do throno*)



Fonte: elaboração própria.

No DSD (1), *liberdade* é determinada pela expressão *extinção do elemento servil*, a qual está determinada por *progresso* e em relação de sinonímia com *abolição*. A expressão *extinção do elemento servil* determina, por sua vez, *escravidão*, que é determinada por *trabalho escravo* e *elemento servil*. Esta última expressão vem, assim, determinada por *trabalhador* como sinônimo de *escravo*.

Ressalte-se que no período imediatamente anterior ao 13 de Maio, no âmbito da esfera política, conforme a análise desse excerto, os dados comprovam que a extinção do *elemento servil* aponta para um sentido de *liberdade* em que se extingue a escravidão (entenda-se, o trabalho cativo, os escravos) em benefício do país. Nessa perspectiva, a *extinção do elemento servil funciona como* determinante de *progresso*, o qual determina uma liberdade que não envolve o trabalhador (escravo), e sim o trabalho.

Conforme explica Couto (2017), pode-se dizer que, do ponto de vista do abolicionismo, o fim da escravidão no Brasil seria um ato enobrecedor do

país, no sentido de ato civilizatório, pois, conforme pregava o abolicionista Joaquim Nabuco (1883), a emancipação dos escravos alçaria o país à condição de pátria civilizada, onde haveria, portanto, uma estreita igualdade entre todos os membros da sociedade. Não obstante, o país, como veremos, seria o privilegiado, em detrimento do escravo.

Desse modo, partindo de outro excerto do jornal *O Asteróide*, em edição datada do dia 19 de maio de 1888, extraído do texto *Salve dia 13 de maio Salve Brasil livre*, consideremos como um sentido de *liberdade* que enobrece a pátria é materializado na enunciação:

Excerto 2

(2a) SALVE DIA 13 DE MAIO SALVE BRASIL LIVRE

(2b) Não há escravos no Brazil; muito bem. Brazil, pátria livre eu te saúdo. Trezentos e oitenta e oito annos teus filhos esperaram a aurora da redenção a querida das nações, e ella sorgiu no dia 13 de maio de 1888.

[...]

(2c) Ergue-te, ó gigante Brazil, e dize a velha Europa: ó vos nações a quem a uzura commercial petrificou e barbarizou, attendei e vêde: em mim não existe escravos, o vosso execrando legado jaz n'uma sepultura eterna, cujo epitafio sera o vosso oppróbio.

(2d) Sou livre como vós; a minha liberdade é mais preciosa que a vossa: vos para adquiri-las sacrificastes muitas vida, e eu poupei todas. Aprendei commigo, já que não aprendi de vós (O ASTERÓIDE, edição 65, p. 01, 19 de maio de 1888 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

Em (2b), a expressão *não há escravos no Brazil* é enunciada de forma atemporal pela não utilização de uma marca de tempo que fizesse uma relação com o passado, como por exemplo, a marca de tempo *mais* (ou *atualmente*, ou *hoje*, ou *agora*), gerando, por paráfrase, uma expressão como: *não há mais escravos no Brazil*. Com isso, a não utilização dessa marca de tempo faz com que o enunciado funcione de duas formas: primeiro que, sem a expressão estar situada no tempo, torna-se impossível dizer que o Brasil foi, um dia, regido por um sistema escravocrata; segundo que, ao não utilizar o *mais*, o locutor-jornalista-abolicionista silencia-se quanto à necessidade de o Brasil ter de se preocupar com os efeitos da herança da escravidão, na qual estão incluídos os ex-escravos. Em consequência, a expressão exclamativa *muito bem*, articulada à expressão *não há escravos no Brazil* traz o memorável de aprovação, da aceitação de algo. Assim, o sentido que está em funcionamento é o de que a não existência de escravos no Brasil é algo positivo, aceito e desejável.

Adiante, na expressão *Brazil, pátria livre*, observa-se que *Brazil* aparece reescrito como *pátria livre*, com *pátria* sendo determinada por *livre*. Admitindo

que *livre*, no sentido em que está determinando *pátria* implica um complemento que está elíptico: *livre* de algo, isto ocasiona o questionamento: *livre* de que? Duas paráfrases parecem plausíveis: a) livre da escravidão, b) livre de escravos. Nessas duas construções parafrásticas, *livre*, que pressupõe *liberdade*, está relacionado a uma ação executada em favor da pátria, ação essa que altera a condição de *Brazil*, elevado ao *status* de país que resgata a igualdade na medida em que *se torna livre* da escravidão/dos escravos, o que no período imediato ao 13 de Maio, do ponto de vista do abolicionismo, foi visto como uma atitude enobrecedora, digna de uma pátria civilizada em que todos os membros supostamente se acham em comunhão⁹.

A expressão *eu te saúdo* encontra-se na sequência. Nela, o *te* reescreve *pátria livre*, portanto a pátria que já *livrou-se de* (da escravidão/dos escravos), merecendo, então, a saudação, o elogio, que está materializado em *saúdo*.

Por conseguinte, no enunciado (2c) aparece a expressão *ó, gigante Brazil*, que reescreve *Brazil, pátria livre* em (2b). Assim articulado, vê-se que, ao ser determinado por *gigante*, o Brasil é posto em relação superior às nações europeias que já extinguíram a escravidão.

Já em (2d) O Brasil é personificado e, portanto, passa a ser o Locutor Brasil-livre responsável pela expressão *Sou livre como vós; a minha liberdade é mais preciosa que a vossa*. O que ocorre aqui é: na primeira expressão, *Sou livre como vós*, a conjunção comparativa *como* articula duas orações: *sou livre a vós (sois livres)*, estando esta última com o verbo elíptico. Nessa medida, ao se recuperar o sentido dessa expressão, observa-se que, através dessa relação de comparação, o Brasil se *igualava* a (Velha Europa). Por sua vez, na segunda expressão, *a minha liberdade é mais preciosa que a vossa*, o pronome possessivo *minha* articulado a *liberdade* produz uma especificação. Devido a isso, *essa* liberdade específica produz um sentido de superioridade ao ser determinada por *mais preciosa*; fato que aponta, pois, para uma exaltação dessa *liberdade* específica com a qual o Brasil se torna nobre, no sentido de tornar-se civilizado, não só por ter alcançado a liberdade, livrando-se da escravidão/dos escravos, mas por tê-la alcançado de modo diverso do das demais nações, sentido este materializado pela expressão comparativa de superioridade *mais [...] que*, a qual articula comparativamente num grau de superioridade duas liberdades: a *liberdade* do Brasil e a de outras nações. Numa paráfrase, teríamos a seguinte expressão: *a liberdade do Brasil é mais preciosa que a liberdade das nações da Europa*.

Note-se ainda que em (2d) *minha liberdade* reescreve as expressões presentes em (2b): *aurora da redenção, a querida das nações* articuladas por coordenação, ocorrendo, através dessas reescrituras uma enumeração, entedida como “um conjunto de expressões como modos de apresentar cada um dos aspectos que juntos formam uma unidade de sentido” (GUIMARÃES, 2009, p. 58). Em (2b), essas expressões coordenadas são reescritas por *ella*, que é retomada em (2d) pela reescritura *minha liberdade*.

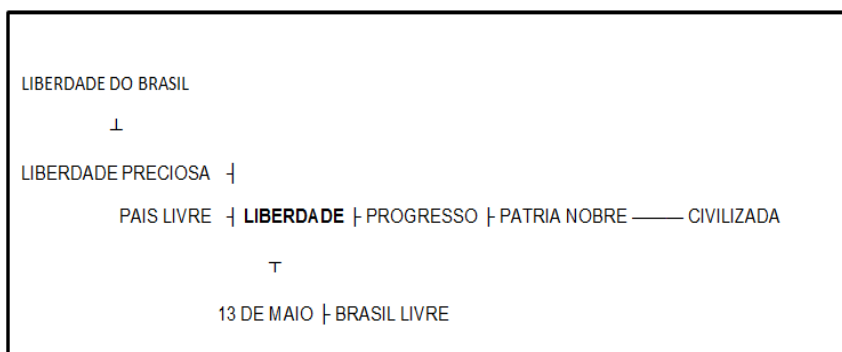
⁹ Costa (1982) discute em detalhes o período imediatamente seguinte à Lei Áurea.

Através desses processos linguísticos, observa-se, portanto, que a *liberdade* está relacionada a algo enobrecedor, sinônimo de civilizado e que coloca o Brasil em relação de superioridade a outras nações em progresso, pelo fato de o País livrar-se *da escravidão* ou, a rigor, por sinonímia, livrar-se dos *escravos*.

Por fim, destaca-se que o sentido de *liberdade* que surge no texto está em prioritariamente relacionado ao país, o que é confirmado de dois modos em (2a), o título do texto: SALVE DIA 13 DE MAIO SALVE BRASIL LIVRE. Isto porque, em primeiro lugar, neste título temos uma articulação coordenada entre duas orações, onde observa-se que a expressão DIA 13 DE MAIO, na primeira, é reescrita, na segunda, por BRAZIL LIVRE, numa relação de sinonímia. Em segundo lugar, note-se que (2a) funciona como uma reescritura por condensação dos enunciados que vieram a seguir. Ou, dito de outro modo, os enunciados analisados do excerto 2 reescrivem o título por expansão.

A partir da análise do excerto 2, chegamos assim à configuração do DSD 2:

Figura 3. DSD de liberdade no 13 de Maio (texto *Salve dia 13 de maio salve Brasil Livre*)



Fonte: elaboração própria.

Nesse DSD, *liberdade* está determinada por *progresso*, a qual é determinada por *pátria nobre* em relação de sinonímia com *civilizada*; *liberdade* é determinada por *13 de Maio* que, por seu turno é determinada por *Brasil livre*; *liberdade* é também determinada por *liberdade preciosa*, que, por sua vez, é determinada por *liberdade do Brasil*.

Ressalte-se que no período que sucedeu imediatamente o 13 de Maio, como mostraram os dados e análises do excerto acima, relacionada ao aspecto político, a *liberdade* funciona com um sentido de instrumento civilizador, sinônimo de enobrecedor, da pátria. Sendo assim, o Brasil, ao ser enunciado como um país sem escravos e, portanto, uma pátria livre, é colocado em relação de igualdade com outras nações em progresso e, até, de superioridade,

pelo fato de o país livrar-se da escravidão/dos escravos de modo pretensamente pacífico, através da Lei Áurea, no 13 de Maio.

5 Considerações finais

Pelo exposto, através das análises empreendidas, constata-se que a *liberdade*, nos textos mencionados, traz em seu sentido aspectos que se relacionam ao interesse do país em livrar-se da *escravidão* por ser conveniente para o *progresso* do país, o que para ser alcançado exigia a extinção do trabalho escravo. Em face disso, a abolição não tratou de emancipar o escravo, mas de livrar o país dos inconvenientes (políticos e/ou econômicos) da escravidão, como demonstrado pelos exemplos analisados. Livrar-se da escravidão, como vimos, equivalia a livrar-se da existência de escravos.

Por fim, ressalte-se que, corroborando Couto (2017, p. 93), a análise de dados de um *corpus* jornalístico, feita sob o ponto de vista da Linguística, especialmente da Semântica do Acontecimento, pode contribuir no estudo sobre um fato histórico: o 13 de Maio de 1888, como se pode notar, longe de ter sido uma data que tratou da *liberdade* do escravo, foi sim um acontecimento enunciativo marcado por uma *liberdade* que objetivou, a rigor, atingir o Brasil nos aspectos econômicos e políticos. No 13 de Maio, a histórica Lei Áurea, ao “declarar extinta a escravidão”, não estava diretamente preocupada com os escravos: estes, apesar de ditos livres, por ela, nela mesma não foram mencionados. A preocupação era *livrar* o Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos>

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. Editora São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, E., V. **Da senzala à colônia**. 5. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COUTO, A. P. R. **Os sentidos de liberdade no acontecimento do 13 maio de 1888: uma análise de jornais brasileiros do século XIX à luz da Semântica do Acontecimento**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017. Orientador: Jorge Viana Santos.

FERRAZ, L. A. N. **A designação da palavra senhor: uma análise semântica do senhorio brasileiro na escravidão e sua continuidade no pós-abolição**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de pós-

graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da conquista, 2014. Orientador: Jorge Viana Santos.

GUIMARÃES, E. A Enumeração: Funcionamento enunciativo e Sentido. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, Unicamp, v. 1, n. 51, p. 49-68, 2009.

GUIMARÃES, E. **Análise de texto: procedimentos, análises, ensino**. Campinas: Editora RG, 2011.

GUIMARÃES, E. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M.C. **A palavra. Forma e sentido**. Campinas, Pontes. 2007.

GUIMARÃES, E. **História da Semântica – sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas, Pontes, 2004.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas, Pontes, 2002.

MACHADO, C.P. **Política e sentidos da palavra *preconceito*: uma história no pensamento social brasileiro na primeira metade do século XX**. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, Campinas, 2011.

NABUCO, J. **O Abolicionismo**. Brasília: Editora da UnB, 2003. Edição original: 1883.

NEVES, L., M., B.; MACHADO, H., F. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

QUEIROZ, S., R. **A abolição da escravidão**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SANTOS, J. V. **Liberdade na escravidão: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2008. Orientadora: Mónica Zoppi-Fontana.

Recebido em de outubro de 2023

Aceito em abril de 2024.

Publicado em 18 de agosto de 2024.

SOBRE OS AUTORES

Jorge Viana Santos é doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente é professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), vinculado ao Departamento de Estudos Linguísticos e Literários. É professor do quadro permanente do Programa de Pós-

Graduação em Linguística (PPGLin-UESB) e docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS/UESB). É pesquisador do Grupo de Pesquisa em Estudos Linguísticos - GPEL (CNPq), do Grupo de Pesquisa Linguagem, Enunciação, Discurso - LED (CNPq), do Grupo de Pesquisa Estudos histórico-gramaticais baseados em redes de corpora digitais anotados (CNPq) e do Grupo de pesquisa Plataforma de Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CNPq). É coordenador, juntamente com a Profa. Cristiane Namiuti (UESB), do Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus (LAPELINC); é pesquisador em rede associado ao LAVIHD, Laboratório Virtual de Humanidades Digitais, da USP. Como pesquisador da FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia), coordena o projeto de pesquisa “Corpora digitais de documentos históricos da Imperial Vila da Victoria, atual Vitória da Conquista-Bahia: resgate e preservação do patrimônio linguístico e da memória da escravidão na Bahia” (FAPESB APP0014/2016). Tem experiência na área de Linguística, Semântica, Semiótica, Linguística de Corpus; Memória e Fotografia, atuando nos seguintes temas: escravidão, liberdade, sentido, trabalho, argumentação, enunciação, fotografia, imagem e memória.

Ana Paula dos Reis Couto é mestra em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Foi pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Linguística de *Corpus* (LAPELINC) de 2012 a 2016, tendo colaborado na construção do *Corpus* DOVic (Documentos Oitocentistas de Vitória da Conquista e região).